



Histórias recobridoras

Quando o vivido não se transforma em experiência

Autora: Tatiana Inglez-Mazzarella
Editora: Blucher, 2021, 290 p.

Resenhado por: Cláudia Amaral M. Suannes,¹
São Paulo

“O que será que a gente vai lembrar disso depois?”, perguntou uma paciente no início da pandemia. Naquele momento ainda não havia previsão de vacina, as autoridades locais negavam a importância das medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde, e o número de contaminados e de mortos por covid-19 aumentava exponencialmente. A paciente tentava, do jeito que lhe era possível, compreender as informações desconstruídas que chegavam a ela (e a todos nós), lidar com a angústia de ver pessoas próximas adoecendo e morrendo, e encontrar forças para amparar os doentes, cuidar dos filhos pequenos e se adaptar ao trabalho online. Tanto eu como ela sabíamos que não era possível responder a essa pergunta naquele momento, mas parecia haver uma aposta de que nós duas sobreviveríamos e que haveria um “depois”, um tempo em que aquilo que no presente se apresentava como uma vivência dilacerante, difícil de ser suportada, compreendida ou mesmo nomeada, poderia vir a ser transformado e evocado sob a forma de uma lembrança.

Estava com essa questão em mente quando comecei a ler *Histórias recobridoras: quando o vivido não se transforma em experiência*, de Tatiana Inglez-Mazzarella. Essa leitura foi, na verdade, uma releitura, uma vez que eu já conhecia o texto original, a tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e que agora é publicada em forma de livro.

Se me lembro bem, na leitura de tempos atrás, eu havia destacado no trabalho de Tatiana uma sensibilidade clínica aguda e uma incorporação teórica consistente o bastante para pensar metapsicologicamente os desafios que encontrava em sua clínica. Apropriada do legado freudiano, aproximou-se do artigo “Lembranças encobridoras” (1899/1996) para fazê-lo trabalhar diante de casos nos quais determinadas histórias familiares insistiam na

1 Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). Mestre em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

análise, reproduzindo-se um circuito repetitivo e fechado em si mesmo. Como se sabe, nas lembranças encobridoras há uma recordação que se presta a representar na memória impressões ligadas a elementos que estão sob recalque, e o trabalho de análise permite que essas histórias se conectem com aquilo que foi esquecido. Mas Tatiana não encontrava nessas histórias repetitivas um véu que estivesse a serviço de encobrir, mas uma espécie de argamassa que tampava um buraco. Esse achado clínico, que tem como pano de fundo uma distinção entre os efeitos do recalque e os efeitos dissociativos da recusa, trouxe para o plano teórico uma reflexão sobre as possibilidades de representar o vivido e serviu de base para a construção do conceito de histórias recobridoras.

Na articulação teórico-clínica que resultou na criação do conceito, eu havia encontrado ecos de seu trabalho anterior, *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações* (2006), onde ela abordava a questão da transmissão psíquica geracional. Nessa perspectiva, a escuta de um sujeito em análise é animada pela concepção segundo a qual sua constituição psíquica está ancorada em uma rede de relações intersubjetivas, e o trabalho de análise, por sua vez, implica um processo de apropriação subjetiva, em fazer próprio aquilo que foi transmitido ou herdado. Porém, como já mencionado, os casos que a autora toma como objeto de indagação são justamente aqueles nos quais a repetição de histórias familiares sugere falhas na transmissão psíquica, o que impede a inscrição do acontecimento e o reconhecimento do vivido. Tentando dar conta da peculiaridade dessa clínica, Tatiana observava que o tema da transmissão geracional joga luz sobre uma questão importante – a articulação entre constituição do psiquismo e intersubjetividade –, e a atenção a esse aspecto pode contribuir não só nos atendimentos familiares, mas na escuta e no manejo de casos envolvendo traumas que afetam a constituição subjetiva e que são atendidos em análises individuais.

Essas eram, em suma, as lembranças que eu tinha do primeiro contato com o trabalho e que pude recuperar relendo o livro. Nessa segunda leitura, me vi brincando com o texto, como se estivesse diante de *O jogo da amarelinha*, de Julio Cortázar, no qual o leitor pode seguir o livro na sequência em que ele é organizado (capítulo 1, 2, 3 e assim por diante) ou fazer outros percursos. Me perguntei qual sequência eu escolheria. Como seria, por exemplo, ler o capítulo 3, “Histórias recobridoras e sua função de tamponamento”, que é o coração conceitual do livro, só depois de acompanhar o caso clínico narrado mais adiante, no capítulo 5? E o capítulo 4, no qual a autora se vale do romance *Austerlitz*, de W. G. Sebald, para estabelecer uma analogia entre o personagem-narrador e o analista? Ele viria antes ou depois dos capítulos 1, “Alguns conceitos preliminares”, e 2, “As histórias encobridoras e sua função de velamento”, nos quais Tatiana apresenta conceitos que servem de base de sustentação para a noção de história recobridora?

Diferente do romance, o livro de não ficção sempre oferece ao leitor a opção de seguir a leitura por distintos caminhos. Contudo, neste caso específico, me pareceu que a variedade de possibilidades tem relação muito próxima com a forma e com o conteúdo do texto. Tatiana faz uma articulação teórico-clínica tão rica, que o caso permite compreender a teorização, e esta, por sua vez, responde a indagações clínicas, de sorte que não é possível dizer o que vem antes e o que vem depois, a escuta clínica ou a metapsicologia. Do mesmo modo, a noção de trauma, que é um assunto central e perpassa toda a sua reflexão, fala de uma temporalidade que não pode ser pensada de modo cronológico ou linear, e esta não linearidade, a meu ver, está presente no diálogo interno de um capítulo com outro.

No capítulo 1, a autora aproxima-se da filosofia e, amparada em Benjamin, apresenta ideias e conceitos, como história e temporalidade, origem e gênese, experiência, narrativa e transmissão, a partir dos quais poderá adentrar a discussão sobre o registro do vivido e suas possibilidades e impossibilidades de elaboração. A historiografia de Benjamin, assinala Tatiana, utiliza-se de uma temporalidade baseada na intensidade, e não na cronologia: em vez de sucessão no tempo, o autor apresenta uma ideia de coexistência entre eterno e efêmero, de tal modo que a figura do historiador assemelha-se à de um colecionador que coleta informações e as coloca lado a lado, sem estabelecer relações causais ou cronológicas entre uma e outra. Nessa perspectiva há um corte na linha do tempo cronológico, na medida em que “o contato com a brutalidade do objeto impede que ele seja esquecido ou destruído, o que permite que o passado ressurgisse no presente e o presente atualize o passado” (p. 29). Está contida aí uma ideia de rememoração como pressuposto para a transformação do presente, e essa transformação, por sua vez, se dá por meio do trabalho da narração, que segundo Benjamin consiste na faculdade de intercambiar experiências.

Talvez tenha sido justamente o potencial de intercâmbio de experiências que opera no trabalho de narração o que tenha me estimulado a seguir o fio da leitura pela apresentação de um caso clínico. E assim vou para o capítulo 5, onde encontro o caso de Pietra, nome ficcional que já vai dando pistas da problemática com a qual a analista se depara: uma mulher que é uma espécie de sobrevivente, protegida em uma dessas grutas formadas pela solidificação de materiais que se movimentam em meio a terremotos e enxurradas. Passado o desastre, Pietra se abriga em um lugar psíquico que lhe permite viver entre escombros, mas que, ao mesmo tempo, parece lhe indicar que qualquer movimento levaria a um risco de desmoronamento. Apegando-se a uma história fixa e repetitiva, que não encontra veios associativos, não se liga a elemento novo algum, ela se protege do perigo de ver tudo ruir, mas vai se tornando

anestesiada, petrificada, incapaz de dar outro destino para a herança que carrega consigo.

O modo de narrar o caso mostra como o manejo pode ir alargando o universo representacional da paciente e promover um trabalho de elaboração, que se traduz em mudanças importantes em sua vida. Será, porém, no capítulo 4, “Austerlitz: da história recobridora”, que, por meio da comparação do personagem-narrador (do romance *Austerlitz*) com o analista, Tatiana examinará a função do analista enquanto testemunha. Ou, como ela própria diz, como o testemunha-dor que acompanha o protagonista na viagem rumo a sua verdade. Mediante sua presença implicada e reservada, o personagem-narrador escuta a dor que Austerlitz expressa por meio de indícios e coloca-se a serviço de favorecer que os elementos dispersos se convertam em narrativa, restituindo pensamento ao sentir. Para sustentar teoricamente a analogia do personagem-narrador com o analista, Tatiana explora a noção de vínculo inédito, de Radmila Zygouris, e apoia-se também na reflexão de Agamben em *O que resta de Auschwitz*, para abordar a função de testemunha do analista. Ela examina a noção de resto e o paradoxo de narrar o que aconteceu, sendo que muito do que aconteceu não pode ser narrado, mostrando, assim, esse trabalho que se dá no fio da navalha do que é representável.

Se a historização é um processo fundamental da constituição do sujeito, por que algumas histórias se tornam obstáculos à singularização, indaga Tatiana ao introduzir o conceito de histórias recobridoras. A autora põe em primeiro plano uma discussão sobre os efeitos do recalque e os da recusa, e sobre possibilidades e impossibilidades de inscrição psíquica de determinadas experiências, notadamente as que envolvem perdas. Nas lembranças encobridoras, uma formação de compromisso mantém um elo simbólico entre a lembrança e o vivido, o que, todavia, não opera quando o que está em jogo são os efeitos dissociativos da recusa. Aqui o registro da sensação e o representante da linguagem não se enlaçam. Não se trata, portanto, de algo que foi registrado e esquecido e ao qual pode haver alguma aproximação pelas vias da rememoração ou da associação. Trata-se, antes, de algo da ordem do indício, isto é, algo que não chegou a ser inscrito no psiquismo. Sob efeito da recusa, não há possibilidade de metaforização, e a narrativa não faz a função de ligar, mas de recobrir um espaço vazio. Lá onde não foi possível fazer uma inscrição, a narrativa se constitui como “palavra-coisa”. Enquanto um tipo de fenômeno, próprio do funcionamento neurótico, deve ser analisado como expressão do recalque, o outro diz respeito ao encontro com o real, e o que se faz presente é o traumático em estado bruto.

O segundo tipo de fenômeno está intimamente ligado a uma maneira particular de lidar com a perda (ou com a falta) e evidencia um fracasso no trabalho de luto. Nesses casos, o insuportável reconhecimento da perda – ou,

de modo mais específico, o rechaço – impede que a perda seja inscrita (e que sobre ela haja um trabalho de elaboração), e é justamente a ausência de inscrição o que a mantém viva no psiquismo, não como representação, mas como coisa, como vazio. Tal distinção, fundamental do ponto de vista da metapsicologia, convoca a pensar a função do analista diante de situações traumáticas, sobretudo essas que se presentificam sob os efeitos da recusa.

Para finalizar, gostaria de destacar algo que vai além da importante distinção entre histórias encobridoras e histórias recobridoras, defesas que encobrem o que foi recalçado ou que tamponam o que não pôde ser simbolizado. Seriam basicamente duas questões: a função do analista como testemunha e a dimensão histórica e coletiva de catástrofes e dramas sociais.

O analista como testemunha, diz Tatiana, “recoloca a questão da pertinência de uma experiência singular a um campo de representação compartilhada e ... define o testemunhar como forma de tentar produzir significação para uma catástrofe” (p. 144). E valendo-se de uma bela epígrafe de Benjamin, indaga: “Pois não somos todos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram?” (p. 27). A essas perguntas, eu acrescentaria: e não somos tocados também por um sopro de ar que está sendo respirado ao mesmo tempo por quem está ao nosso redor?

Pietra e sua analista Tatiana viveram um processo de análise. Nós, os leitores, temos a oportunidade de acompanhar ou, quem sabe, testemunhar o atendimento clínico de uma paciente que apresenta expressivas dificuldades de simbolização, no qual a analista coloca-se a serviço de favorecer a conversão de elementos dispersos em narrativa para si e para a paciente, seja na sessão, seja no esforço de teorizar sobre o caso. Além de produzir efeitos clínicos importantes e de resultar em uma elaboração teórica que estimula uma troca muito rica entre seus pares, este trabalho é a expressão viva do objeto mesmo da reflexão, qual seja, a linguagem como meio de circunscrever o vivenciado.

Minha paciente e eu sobrevivemos à pandemia. Lembramos algumas coisas, esquecemos outras. Ela mesma não se lembra de ter perguntado “O que será que a gente vai lembrar disso depois?”, e riu quando, dia desses, eu recuperei sua fala. Talvez a vivência da pandemia não tenha sido traumática para ela, mas um momento difícil que ela relembra, ora com angústia, ora com um misto de alívio e surpresa ante a constatação da existência de recursos psíquicos para lidar com aquilo que, há pouco tempo, lhe parecia insuportável. Acompanhei, ou testemunhei, o doloroso processo que ela viveu nos últimos anos e tenho me indagado sobre como operou seu trabalho de elaboração. A leitura deste livro é mais um recurso que me permite pensar sobre o processo da paciente e sobre o meu papel como analista.

Nesses dois processos analíticos, tão distintos entre si, encontro ao menos duas coisas em comum: uma aposta na existência de um “depois”, um tempo em que aquilo que está sendo vivido, quase no limite do suportável, possa vir a ser significado e transformado; e uma aposta no vínculo com um outro, em relação a quem o sujeito pode construir um testemunho de si.

Espero que a leitura de *Histórias recobridoras: quando o vivido não se transforma em experiência* seja tão instigante e prazeroso para novos leitores como foi para mim.

Referências

Freud, S. (1996). Lembranças encobridoras. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 3, pp. 329-354). Imago. (Trabalho original publicado em 1899)

Inglez-Mazzarela, T. (2006). *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações*. Escuta.

Cláudia Amaral Mello Suannes

clausuannes@gmail.com